

Trabalhadores camponeses em Feira de Santana no cotidiano da produção de farinha de mandioca (1948 - 1960)

Andréa Santos Teixeira Silva
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal da Bahia

RESUMO: O cotidiano camponês em Feira de Santana, Bahia, é objeto deste estudo. Tendo como fundamento a História Oral, busca-se compreender o grupo de trabalhadores focado a partir da análise da importância da posse da terra e da casa de farinha, no período entre o final da década de 1940 e o início dos anos 60. Para tanto, suas narrativas constituem fontes importantes no entendimento de suas visões sobre o ofício desenvolvido e os enfrentamentos vivenciados diariamente.

PALAVRAS-CHAVE: Camponeses, cotidiano, propriedade da terra

ABSTRACT: The peasant work's quotidian in Feira de Santana, Brazil, is analyzed here. Based on Oral History, it aims at understanding a group of peasants and their relation with the land and the flour's house. The peasant's narratives indicate their visions about their job and the quotidian confrontations from 1948 to 1960.

KEYWORDS: Peasants, quotidian, land's propriety

O presente estudo tem como enfoque um grupo de camponeses produtores de farinha de mandioca em Feira de Santana, no interior da Bahia, no período compreendido entre 1948 e 1960.¹ Buscando entender quem eram estes trabalhadores, torna-se importante discutir sua relação com a terra e com a casa de farinha, elementos essenciais na manutenção das famílias camponesas há várias gerações. Nesse sentido, os depoimentos orais colhidos em algumas localidades da zona rural feirense, próximas do distrito de Humildes e da rodovia BR-324, muito contribuíram no entendimento desta inquietação, apontando para a forma como os entrevistados percebiam seu ofício e o cotidiano a ele relacionado.

Durante as pesquisas, entrevistou-se de dois a três membros de cada família, inclusive casais, o que tornou possível identificar a existência de relações de parentesco entre as fazendas e as roças locais. Assim, os descendentes de uma mesma família poderiam distribuir-se entre os vários fazendeiros ali residentes. Este é o caso das propriedades Pau a Pique, Pinto, Sossego e do sítio São Francisco, pertencentes à família de Francisco Marques de Cerqueira, e das fazendas Gonçalo e Roçadinho, concernentes aos membros da família Teixeira. Tais proximidades assentadas entre

os mesmos favoreciam a ajuda mútua nos afazeres da roça na dinâmica vivenciada na região do distrito de Humildes. Além disso, vistas mais de perto, as entrevistas evidenciam que, mesmo sendo a atividade com a farinha uma tarefa comum ao grupo, a necessidade do sustento implicava continuamente a vivência de situações não experimentadas por todos e da mesma maneira. Frequentemente, esses trabalhadores acumulavam várias funções, as quais representavam diferentes estratégias cotidianas de luta pela sobrevivência.

MULHERES BATALHADORAS

A história de vida de Maria de Jesus dos Santos Silva, 77 anos, moradora do povoado Bom Viver, é elucidativa do cotidiano de trabalho vivenciado na região de Humildes.² Este povoado, onde vive hoje Dona Maria e família, tem sua origem na fazenda Bom Viver do coronel José Pinto, o qual dera oportunidades de emprego a muitos trabalhadores da localidade. Maria de Jesus Silva morava na fazenda Roçadinho, de propriedade de Vespasiano Tolentino Teixeira, “Viano”, onde havia arrendado parte da terra juntamente com seu esposo Emanuel. Não dispondo da propriedade da terra, o casal de rendeiros, Maria e Emanuel, pagava com alguns dias de trabalho o direito de morar na terra e nela plantar:

[Eu morava] acima da Caboronga, chamava ali Roçadinho. Fazenda Roçadinho! (...) Hoje em dia, eu trabalho na roça, capino terra, viu? Planto assim, algumas covinhas, planto. Assim... labuto dentro de casa. (...)

Cada um plantava uma porção de mandioca. Levava para vender, comprar carne... Aí, essas coisas! Roupa... Aí, a gente fazia a farinha. (...) A gente pagava a renda. Renda era assim, pagava assim: dia de terça-feira ele ia trabalhar. Se fosse pra arrancar mandioca, era pra arrancar. Se fosse pra relar, era pra relar. Se fosse pra cavar cova, era pra cavar. Tudo era pra pagar aquele dia de renda que morava, morava na casa. (...) Ele [Emanuel] que pagava o dia de renda. (...) A gente pagava a renda e eles davam o lugar que a gente quisesse trabalhar. Fazia de conta que aquilo era da gente que pagava o dia de renda. (...) A gente acordava de madrugada. Tinha vez que relava a mandioca, botava na prensa, tornava botar outra recarcada, vinha pra casa, tomava banho, comia e ia pra casa de farinha. (...) Quando dava de manhã, os fios tava em casa. (...) Vinha cuidar nos filhos que tava em casa, botar feijão no fogo, dar café aos meninos pra tornar descer pra peneirar a massa. (...) Era assim minha fia, a gente já sofreu!

No trecho da narrativa de Maria de Jesus Silva, transparece o recurso ao arrendamento de terra como uma alternativa de manutenção familiar; na parcela arrendada da fazenda Roçadinho, ela plantava a mandioca para a produção da farinha, comercializada no mercado da cidade, e outras culturas como o feijão, o milho e o fumo. A produção de farinha era realizada pelo casal duas vezes por semana. Em troca da terra, o esposo de Dona Maria, Emanuel Silva, desempenhava atividades variadas na roça do fazendeiro Vespasiano Teixeira ou na casa de farinha deste, durante as décadas de 1960 e 1970. Além dessa atividade, Emanuel trabalhava com frequência para outro empregador, o grande proprietário João Marinho Falcão. Este foi prefeito

de Feira de Santana entre 1954 e 1959, pelo partido da União Democrática Nacional (UDN), além de líder e pioneiro da expansão dos setores industrial e financeiro da cidade.³ Falcão também possuía a usina de açúcar Itapetingui, de administração familiar, em Amélia Rodrigues, e algumas fazendas, como a São Bernardo, localizadas na região de Humildes, em Feira de Santana.⁴ Nesta última propriedade, a São Bernardo, Emanuel Silva também lidava com a lavoura, garantindo, assim, uma segunda fonte de renda.

Enquanto era possível o sustento na fazenda Roçadinho, complementado pelo trabalho na São Bernardo, Dona Maria e seu esposo criaram seus cinco filhos com atividades da roça. Um tempo depois, por volta da década de 1980, o imóvel denominado Roçadinho foi vendido ao coronel José Pinto, que o incorporou aos limites de sua fazenda Bom Viver e indenizou a família de Maria de Jesus Silva com uma pequena parcela de terra na região de Humildes. Tal indenização se deve, segundo a depoente, ao fato que, quando adquirira a propriedade o coronel encontrou o casal e seus descendentes residindo há vários anos na terra. A mudança de moradia vivida pela família desta camponesa foi assim relatada por seu filho, José dos Santos Silva, 50 anos:

Antigamente a gente plantava mandioca, fazia farinha e levava para a feira pra vender. Nós vivia disso antigamente. E hoje também nós não estamos vivendo mais disso como era antigamente, que não tem mais lugar para nós trabalhar. Naquele tempo, tinha uma fazenda de uma viúva, nós tomava conta, plantava mandioca, dividia a meia. E hoje também não estamos vivendo, que nós não temos mais o terreno para conduzir, fazer mais como era antigamente, mas ainda nós plantamos. Era a [fazenda] de Maria Pequena, a mãe de Chico de Viano. É. Nós vivia nessa fazenda. E hoje em dia, vivemos aqui em cima de três tarefa de terra. Dá pra quê? Seis pessoas, em cima de três tarefa de terra, é brincadeira. Ainda tem minha mãe. São seis família... Quem tomou mais a parte da terra foi eu, que hoje eu tenho um gadozinho. Tomei mais a parte da terra...Vê aí, a plantação que a gente planta. É pouquinho coisa.⁵

As narrativas de mãe e filho trazem uma importante questão diariamente confrontada na zona rural feirense: o acesso à terra. Em seu estudo realizado nas cidades de Feira de Santana e de Serrinha, Ildes Ferreira Oliveira faz uma reflexão sobre a vida destes trabalhadores e a concentração de terra. De acordo com Oliveira, quase sempre, a produção agropecuária realizada por eles conta com o auxílio do grupo familiar, num caráter de subsistência, e está inserida num “sistema de reprodução simples”, o qual tem como “destino” “a recriação da própria família”. Aliado a isso, os camponeses possuem o domínio sobre meios de produção como a terra e os instrumentos de trabalho, ou sobre uma parte deles, se utilizam da policultura e dividem as tarefas de modo simplificado, levando em consideração critérios como o sexo e a idade. Por fim, também deve ser mencionada a subordinação direta ou indireta ao capitalismo, geralmente comercial,⁶ como nas ocasiões das vendas nas feiras livres ou no próprio domicílio, aos “atravessadores”.

A análise de Ildes Oliveira em Feira de Santana e em Serrinha possibilita uma melhor compreensão da experiência de vida e de trabalho de Dona Maria e de outros

camponeses da região de Humildes. Para Oliveira, a terra é um “elemento essencial” à sobrevivência destes, sendo que, em Feira de Santana, o tamanho reduzido das propriedades, se comparadas as do sertão baiano, tornava-se um empecilho enfrentado por muitos. A exemplo disso, José dos Santos Silva se refere às dificuldades em gerar o sustento de sua numerosa família, de sua mãe e das famílias de seus irmãos na roça que conseguiram do coronel José Pinto, como indenização. Em resposta a este problema, muitos “chefes de famílias” buscavam um complemento a renda familiar em pequenos negócios realizados na feira do município (como a venda de animais), no trabalho de ganho, ou, ainda, algum tipo de colocação em cidades próximas.⁷ Desse modo, a atividade extra realizada pelo esposo de Dona Maria na fazenda São Bernardo, de João Marinho Falcão, era uma prática comum na zona rural em questão, visando a garantia da sobrevivência familiar.

Em alguns trechos do depoimento de Dona Maria, é possível perceber sua luta ao lado do esposo para criar os filhos com dignidade, ensinando-lhes desde cedo a profissão aprendida com seus pais. Muitas vezes, ela realizava tarefas pesadas junto ao marido e ainda se ocupava dos afazeres domésticos e do cuidado com os filhos: “quando dava de manhã, (...) a gente vinha pra casa, ia pegar água no brejo ainda pra fazer a tapioca (...) vinha cuidar nos filhos que tava em casa, botar feijão no fogo, dar café aos meninos pra tornar a descer. (...) A gente já sofreu”. Neste caso, era preciso que Maria de Jesus Silva atuasse junto ao esposo nos afazeres da roça e da casa de farinha, pois seus descendentes ainda eram pequenos para ajudá-los e a família não dispunha de recursos para pagar a mão-de-obra extra, necessária à execução deste serviço.

Sendo assim, é interessante observar rapidamente como se dava a distribuição de tarefas no cotidiano da região de Humildes. No trabalho da roça, as funções atribuídas às mulheres e aos homens eram estabelecidas segundo os costumes locais, mas, também, podiam ser negociadas a partir das possibilidades reais de sustento de cada família, ou ainda de acordo com a sagacidade de cada um. Os camponeses desempenhavam uma função primordial na lavoura, espaço definido como masculino por excelência. Fora da casa de farinha, os homens geralmente encarregavam-se da preparação da terra para o plantio, das capinas periódicas, do pastoreio do gado. Some-se a isto o trabalho de ganho realizado por eles em outras fazendas da região. Já as mulheres participavam junto aos homens da sementeira, da colheita, da bata do feijão e responsabilizavam-se em cuidar da casa e dos filhos, realizando uma dupla jornada de trabalho.

Essas trabalhadoras cuidavam freqüentemente de pequenos animais como aves e porcos, com os quais supriam as necessidades familiares e poderiam ser vendidos na vizinhança e na feira livre, garantindo uma pequena renda feminina ou mesmo dos filhos. Além disso, elas ocupavam o espaço doméstico continuamente, em oposição aos homens que proviam ou eram os responsáveis pelo sustento, pois era deles a responsabilidade sobre a roça e também sobre o conjunto familiar. Costumeiramente, a autoridade conferida ao camponês como provedor da casa estava associada à subordinação da esposa e de seus descendentes.⁸

Assim, Catarina Anunciação de Jesus Souza, 80 anos, herdeira da fazenda Mamão, fala em seu depoimento sobre o controle exercido continuamente sobre as

mulheres, na década de 1940, o que as obrigava a viverem quase que exclusivamente no ambiente doméstico ou na roça: “Elas não saía, quando veio sair foi quase perto de casar. Elas tinha prisão, minha filha!”.⁹ Aqui, o “ter prisão” referido por Catarina Anunciação Souza, ou Dona Neném como é conhecida, implicava uma série de limitações na vida social de parte das moças da zona rural em apreço, como o sair para festas e rezas cotidianas. Uma situação diferente, em certa medida, da experimentada cerca de trinta anos depois por sua filha Maura de Jesus Souza Bezerra, a qual tinha acesso aos eventos da localidade sempre acompanhada da mãe, do pai ou dos irmãos. As histórias de vida das entrevistadas apontam para uma pequena modificação ao longo das gerações na forma como as famílias locais tratavam suas mulheres, demonstrando uma relativa abertura para o ingresso delas em ocasiões festivas e demais eventos sociais e, ao mesmo tempo, admitindo contatos destas com pessoas de fora do círculo familiar, inclusive com o sexo oposto. Saliente-se que esta flexibilidade não prescindia da vigília contínua dos pais.

No entanto, mesmo estando subordinadas aos genitores, maridos e irmãos mais velhos, algumas mulheres da região de Humildes exerciam papéis que, muitas vezes, estavam longe do confinamento ao ambiente doméstico e da dependência completa, como é possível apreender nos relatos de Zenaide da Silva Lima, 63 anos. Esta morava com seus pais e irmãos em uma pequena propriedade ao lado da fazenda Rio da Prata. Ainda jovem, Dona Zenaide mudou-se com sua mãe para uma chácara situada nas proximidades do local onde se reconstruiu a estrada Bahia-Feira no início da década de 1950, e lá permaneceu até se casar com o camponês e herdeiro da fazenda Pagão e do sítio São Pedro, Francisco Paulo de Lima. Em sua época de solteira, Zenaide Lima contava freqüentemente com o empréstimo das casas de farinha dos vizinhos, pois na chácara em que residia não havia este recurso. Um tempo depois, já de posse de uma casa de farinha na nova morada, ela percorria longas distâncias a pé, ao lado da mãe, a fim de arrancar a mandioca comprada de outros produtores da região de Humildes, voltando para casa de caminhão.

Zenaide - Eu peguei a trabalhar com sete anos que eu dava comida a meus irmãos. (...) Fazia farinha lá [na fazenda Gonçalves] mais minha mãe. (...) Depois, minha mãe colocou a casa de farinha. A gente saía pelo mundo todo rancando mandioca. (...) Eu ia arrancar mandioca, saía do CEDEP de pé para arrancar mandioca lá.

Francisco - Nesse tempo era tão difícil. (...)

Zenaide - Isso tudo eu fiz desde moça. Quando eu me casei, deixei de ir rancar a mandioca na roça dos outros. A gente plantava, rancava aqui mesmo e ia vender. Beiju eu fiz até entortar, na época de mãe e quando eu casei, eu fiz bastante beiju.

Zenaide — (...) Fazia dez quartas de farinha por semana. (...) Todos ia daqui até a feira de pé. Chegava da feira oito, nove horas da noite. Dia de segunda-feira, montada em um jegue.

Francisco — (...) Naquele tempo, não existia transporte. Se você dependesse de transporte para ir pra a feira, você passava o dia todo esperando e perdia a mercadoria.

Zenaide - De 70 para trás não tinha ninguém aqui quase que tinha fogão a gás, era quase tudo a lenha. Era cada um feixe de lenha... Não tinha água encanada. A gente

apanhava água ali no brejo de Juquinha. Onde cavou aquela fonte. Luz aqui chegou para a gente tem nove anos, que foi quando eu me aposentei. A gente via televisão de bateria. Levava a bateria pra Feira pra carregar a bateria.¹⁰

Dona Zenaide Lima relembra as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da região de Humildes, agravadas pela necessidade de ir buscar longe a água e de cortar a lenha, utilizadas nos afazeres domésticos. Nesse período, os moradores da região não contavam com energia elétrica, água encanada nem com cisternas. Existiam apenas algumas nascentes de água que eram utilizadas na vizinhança. De maneira geral, a maioria deles dispunha de uma nascente chamada Fonte do Dendê, na qual se tomava banho e adquiria-se água para beber, cozinhar e para lavar roupas. Outro aspecto importante a ser considerado são os empecilhos colocados pela inexistência de um sistema de transportes que conduziu a população local ao centro da cidade de Feira de Santana. No período anterior a década de 1950 e até bem depois desta, quase sempre os camponeses da região de Humildes iam a pé, com exceção daqueles que possuíam animais para o transporte próprio e para o carregamento de mercadorias.¹¹

As longas caminhadas a pé e a compra de raízes de mandioca relatadas por Zenaide da Silva Lima e seu marido fizeram parte do cotidiano da maioria dos trabalhadores da região, pois a posse de animais de carga e de terra necessária ao cultivo eram recursos para poucos. Assim, a condição mais favorável, a princípio, para Dona Zenaide nas proximidades da fazenda Rio da Prata alterou-se na mudança para a chácara às margens da atual rodovia BR-324. Esta mudança de endereço obrigou-a a comprar raízes da mandioca de outros produtores.

Um tempo depois de casada, Zenaide Lima passou a plantar a mandioca na roça pertencente ao sogro. É curioso notar que, apesar de ser filha de proprietários, ela não permaneceu na terra de seus pais. Esta situação se repetiu com outra entrevistada, Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira, descendente dos donos da fazenda Caboronga. Ambas mudaram-se para a terra herdada por seus esposos. Não era costume o genro se fixar na terra dos sogros após o casamento. Fazer isto significava “colocar-se abaixo dos pés de sua esposa”.¹² Este temor masculino esconde, na verdade, uma clara intenção de manter um controle sobre a mulher. Ir morar na propriedade do sogro implicava no comprometimento da autoridade masculina, já que a propriedade era da esposa por direito.

Esse fato é indicativo do relacionamento estabelecido entre homens e mulheres no cotidiano rural. Ao contrário do caminho seguido pelas mulheres, os homens permaneciam geralmente na terra que pertencia a sua família. Do total de dez entrevistados, herdeiros de proprietários, apenas dois não continuaram na terra de seus pais, pois adquiriram novas formas de sustento. Desse modo, a análise dos depoimentos leva a crer, a princípio, que, para estas trabalhadoras, a possibilidade encontrada quase sempre foi o casamento. Enquanto isso, para os rapazes que não se inserissem no trabalho da roça, devido às barreiras impostas pela concentração da terra, era possível tentar a vida em outras ocupações distantes da região de Humildes ou do próprio município de Feira de Santana. Nesse sentido, as famílias camponesas impunham continuamente sobre as moças o seu controle. Em se tratando de um grupo no qual o homem assumia o papel de provedor, era comum o pensamento que

as mulheres saíam da casa paterna “para se casar” e para “seguir seus esposos”. No entanto, em conversas informais com algumas delas, notou-se que nem sempre se cumpria a vontade dos progenitores em relação ao destino de suas filhas. A história de Ubaldina dos Santos Teixeira Filha, da fazenda Gonçalves, constitui-se uma exceção ao destino costumeiro destas mulheres, ao utilizar a fuga para a cidade do Rio de Janeiro nos anos 70 como uma forma de resistência à autoridade de seus pais.

Essa relação vigente entre o papel de subordinação destinado às mulheres e a função de provedores atribuída aos homens do campo também foi identificada na Zona da Mata pernambucana, analisada pela antropóloga Beatriz Heredia. No capítulo intitulado “Casa-roçado”, Heredia argumenta que o homem é a imagem pública de autoridade no “grupo doméstico”, apesar de depender da mão-de-obra do restante da família. Portanto, é aquele que responde pelo roçado e pela comercialização de seus produtos. A mulher deve obediência ao marido, mesmo trabalhando na roça e em casa e, quando o acompanha na feira livre, não opina sobre os negócios, a menos que seja consultada.¹³

Com base no depoimento de Zenaide Lima, constatou-se que algumas esposas também acompanhavam seus maridos nos dias de feira livre. Entretanto, ao contrário da realidade estudada por Heredia, algumas da região de Humildes possuíam uma relativa autonomia. Nos dias de segunda-feira, Dona Zenaide ia a pé para o centro da cidade a fim de vender a farinha produzida no dia anterior. Enquanto isso, seu esposo Francisco Paulo de Lima¹⁴ ficava em casa cuidando da roça. Este depoimento do casal demonstra que as camponesas da região poderiam ter acesso a uma função desempenhada tradicionalmente pelos homens, a venda dos produtos de suas lavouras no Mercado Municipal, uma atividade pública em que a família era representada e uma oportunidade para se fazer contatos. O espaço da feira livre era ocupado pela esposa, que tinha autonomia para negociar a produção de farinha semanalmente na ausência do marido.

Isso se deve em grande parte ao fato de que Francisco Paulo passava longos períodos trabalhando como cortador de lenha na região de Vila de Abrantes, próxima de Salvador. Enquanto o marido estava fora, “fazendo um trocado”, a esposa cuidava da casa, dos filhos, cultivava e fazia farinha.¹⁵ Outro aspecto que deve ser levado em conta é a disposição de Dona Zenaide para o trabalho, pois, desde moça, já saía a pé pelas roças da região comprando e arrancando raízes de mandioca para o preparo da farinha. Além disso, não podemos deixar de mencionar a necessidade de garantir o sustento da família, sendo ela também provedora enquanto o marido estava fora.

As atitudes de Dona Zenaide revelam aspectos de sua personalidade que transpõem a idéia de uma mulher bem disposta e batalhadora. Em sua história de vida, como nas de outras entrevistadas, buscou com bravura o sustento próprio e o de sua família na dura lida do campo. Todavia, um exame mais detalhado do relacionamento vigente entre esta camponesa e seu esposo permitiu observar situações que ultrapassavam aquilo que, talvez, fosse o costumeiro das atribuições femininas no cotidiano rural da região de Humildes.

Durante as entrevistas, Zenaide Lima deixou transparecer que sua opinião podia, em alguns momentos, influenciar, ou até determinar, as decisões do marido.

Certa vez, a esposa negou-se a ajudar o companheiro a adquirir os mantimentos necessários para seu retorno a Vila de Abrantes, e afirmou: “Não vai mais. A partir de hoje, deu. Quando não tiver comida, come coco com farinha, mas não vai mais.” Francisco Paulo não havia recebido pelo trabalho realizado no corte de lenha e precisava da ajuda financeira da esposa. Dona Zenaide preferia que o marido ficasse, mesmo correndo risco de que a família passasse necessidade, a vê-lo “trabalhar longe” num lugar onde havia “sabido”, pois tinham consciência de que ele estava sendo explorado. Desde a ocasião, Francisco Paulo voltou a trabalhar regularmente em casa, mas Dona Zenaide continuou vendendo a farinha de mandioca na feira livre. A experiência desta trabalhadora muito se assemelha à de outra, Ubaldina dos Santos Teixeira, antiga proprietária da fazenda Gonçalves.

Dona Ubaldina costumava acompanhar o marido nos dias de feira livre, pois possuía grande habilidade para o comércio, sabia ler e escrever e ainda tomava nota de todos os animais comprados, assim como também registrava os nascimentos do gado em sua propriedade.¹⁶ As anotações eram feitas em uma pequena caderneta de pouco mais de sessenta páginas, na qual Dona Ubaldina escrevia ainda as datas dos nascimentos dos filhos e netos para o posterior registro civil, além dos casamentos e falecimentos de familiares. Em conversas informais no local da antiga fazenda Gonçalves, descobriu-se que o camponês levava a esposa para que ninguém lhe “passasse a perna”. Talvez fosse a habilidade com os cálculos o motivo pelo qual Dona Zenaide tenha permanecido na feira livre em vez do marido, mas um aspecto que não deve ser ignorado é que estas duas mulheres, Zenaide e Ubaldina, demonstraram certa astúcia ao lidar com situações cotidianas, o que culminou na influência exercida sobre seus companheiros. Astúcia na praça do mercado e astúcia no trato com os maridos.

As narrativas destas trabalhadoras, mais especificamente as de Zenaide Lima, permitem visualizar não só a experiência de mulheres feirenses e trabalhadoras do campo no período aqui analisado, mas também o quanto era importante a posse da terra — e da casa de farinha — na constituição e percurso deste grupo de depoentes. Assim, enquanto Maria de Jesus Silva necessitava do arrendamento da terra de outras pessoas (proprietárias) para sobreviver, Zenaide Lima dependia, a princípio, do “empréstimo” ou aluguel da casa de farinha e da compra de raízes de mandioca. Desse modo, o confronto de suas experiências com as do proprietário de terras, Francisco Marques de Cerqueira, tornou-se bastante profícuo na compreensão do modo como se davam as relações dentro do próprio grupo de entrevistados.

O “MAIOR PRODUTOR DE MANDIOCA DA REGIÃO”

Francisco Marques de Cerqueira nasceu na cidade de São Gonçalves dos Campos, em 1933, nas proximidades de Feira de Santana. Herdeiro dos proprietários da fazenda Pau a Pique, tinha parentesco com os donos das fazendas Pinto e Araçás. Ao se casar, Francisco Marques comprou quinze tarefas de terras no povoado Bom Viver, onde se fixou com sua família e continuou a atividade de produção de farinha exercida desde cedo. Ele afirmou em sua narrativa ter sido “o maior produtor de mandioca da região”, juntamente com Possidônio, Godofredo Teixeira e Artur Marques, pro-

prietários das fazendas Pinto, Gonçalo e Sossego, respectivamente. Devido ao baixo preço da farinha de mandioca na feira livre da cidade de Feira de Santana, o depoente se dedicou ao plantio e ao comércio da raiz:

Naquela época era difícil se tirar o dinheiro da farinha. (...) O preço da farinha não valia nada e a despesa era muita. Aí a gente deixou de vender. Aí foi acabando com as casas de farinha. Que a gente vendia as mandiocas pro povo fazer farinha nas casas de farinha deles lá. (...) Eu vendia quatro, cinco, mais de seis mil quilos. Eu fui o maior produtor de mandioca da região! O maior produtor de mandioca naquela época fui eu! Agora deixei de fazer que o salário não compensava. Aí vendi lá e vim mimbora praqui, porque olha praqui (mostra o braço). Não ia ter condição de sobreviver, não. A gente levava uma carga de farinha pra feira. Chegava lá, não vendia toda. Muitas vezes ainda trazia o resto pra casa. Hoje é que as coisas tá evoluída, que pra todo canto exporta mercadoria, mas naquela época? Você nem ouvia falar em roça, nem ne rádio, nem ne televisão, nem nada? Hoje é que você ouve falar em agricultura, de roça essas coisas na televisão. Naquela época quem é que falava em roça? Ninguém! O povo da roça era esquecido. Era tão esquecido que a gente pra aposentar agora, como é que aposenta um trabalhador de roça com sessenta e cinco anos? Trabalhador de roça era pra se aposentar com cinqüenta anos! Porque eu comecei a trabalhar com a idade de oito anos, panhando berdoega, maniçoba pra botar no chiqueiro de porco, sameando planta, sameando manaíba de mandioca e essas coisas todas. E, quando eu vim me aposentar eu tava com sessenta e cinco anos. Assim mesmo, ganhando salário. Era pouco. Já tava cansado. Isso é uma injustiça grande! (...) A coisa pior do mundo foi daquela época pra agora. (...)

Não é um serviço de gente, não! É porque hoje tem todo o maquinário. É trator, é arado, é motor pra ralar a mandioca, é farinha mexida, rotativa. Mas, naquela época, que tudo era no punho, no braço da gente, não tinha quem agüentassem, não, minha filha! Aquilo foi uma época de escravidão, quase; pode-se dizer! (...) Eu não tenho vergonha de dizer o que eu já fiz, não. Eu tenho prazer de contar o que eu fiz, que é pra todo mundo dizer: “Aquele cara foi um lá em baixo, hoje não está lá em cima, mas sobreviveu do trabalho que ele fez.” Meus pais era pobre, minha mãe não deixou riqueza, meus avós não deixou riqueza. (...) Eu nunca fui nem ladrão, nem maconheiro, nem descarado, mas trabalhador eu fui de nasçença. De nasçença que eu tô até hoje. Você vê que eu já tô com setenta e tantos anos e ainda tenho atividade pra fazer.¹⁷

A prática de venda das raízes de mandioca era bastante comum na região de Humildes, e ainda continua a sê-lo entre os camponeses que permaneceram no lugar. É interessante notar como, na fala em que Francisco de Cerqueira se denomina “o maior produtor de mandioca da região”, é estabelecida uma diferença entre aqueles possuidores dos meios de produção e os que não detinham esses recursos e se utilizavam da compra das raízes para garantir a sobrevivência familiar, a exemplo de Zenaide de Lima e de Maria de Jesus Silva. Contudo, essa distinção não era tão rígida assim, podendo os trabalhadores considerados como produtores e comerciantes das raízes de mandioca se utilizarem, em algumas ocasiões, da compra desses tubérculos para a produção de farinha. Neste caso, a depender da situação financeira em que se encontravam ou dos resultados das safras, os mesmos poderiam vender sua produção em

épocas de aperto, ou não, e necessitar posteriormente da compra das raízes de algum vizinho para o consumo próprio ou comercialização de farinha. De modo geral, saía-se melhor quem conseguia produzir o bastante para seu sustento e aguardar a ocasião em que os preços estavam mais altos. Era a velha lei do preço, estocagem e comércio.

Em sua narrativa, Francisco de Cerqueira ressaltava com emoção as dificuldades enfrentadas pelos camponeses também proprietários. Ainda que o sítio São Francisco lhe propiciasse uma quantidade de terra razoável para o plantio de mandioca e a comercialização das raízes, tal patrimônio jamais significou (em suas palavras) uma vida de conforto e tranqüilidade. Para não dizer de luxo e de desfrute. Entretanto, a despeito da vivência de diferentes problemas, ter uma pequena propriedade era melhor do que não possuí-la, quando se tratava do principal meio de sustento. Para equilibrar os poucos ganhos com o comércio, geralmente, estes trabalhadores extraíam a goma das raízes de mandioca e a vendiam separadamente da farinha; uma estratégia encontrada a fim de garantir um melhor aproveitamento e uma entrada financeira mais lucrativa.

A visão de Francisco de Cerqueira é bastante crítica sobre sua experiência de trabalho com a produção de farinha e as outras atividades desenvolvidas na roça, pois não sentia que sua profissão era valorizada. Isto é perceptível nos momentos em que o camponês afirma: “o povo da roça era esquecido”, como também ao mencionar o tempo de trabalho decorrido no meio rural até a aposentadoria, quando então quase nada se vem a ganhar. Nesse momento, a fala de Francisco de Cerqueira assume um tom ainda mais crítico ao qualificar o tempo atual de espera pela aposentadoria como sendo uma “injustiça grande”. Nesse aspecto, é possível perceber uma menção à sua própria experiência, pois começou na lida da roça desde criança e sofreu, ao longo dos anos, devido ao esforço físico necessário ao desempenho de sua profissão. Diante do problema, a alternativa por ele encontrada foi estabelecer, em um bairro próximo, um pequeno comércio de gêneros alimentícios (farinha de mandioca, frutas, verduras e bebidas alcoólicas) comprados no centro da cidade.

É importante ressaltar que, quando relata as dificuldades vivenciadas na roça, Francisco Marques de Cerqueira faz uma relação com as modificações ocorridas no decorrer do tempo. Tais mudanças se processaram com o aumento da demanda de produtos agrícolas na feira livre da cidade de Feira de Santana, desde a década de 1970, com o desenvolvimento do preparo da farinha de mandioca através da implantação de máquinas que diminuíram o tempo e o esforço físico dos trabalhadores, no final dos anos 90, e com a preocupação atual das reportagens televisivas em focar o cotidiano de trabalho e a produção agropecuária. Todas estas modificações são contrapostas na narrativa de Francisco de Cerqueira às expressões “época de escravidão”, “a coisa pior do mundo” e “não é serviço de gente, não”, utilizadas para enfatizar os obstáculos empreendidos pelo cotidiano do trabalho rural desde a sua juventude até o ano de 1982, quando mudou de profissão, colocando um estabelecimento comercial na região de Humildes.

Contudo, mesmo se referindo à sua profissão como um trabalho duro e estafante, há também uma valorização da atividade da roça como sendo aquela que confere dignidade e que permitiu o sustento próprio e familiar. Tal perspectiva soa,

dessa forma, como uma reivindicação de uma identidade de trabalhador construída em oposição às condutas consideradas condenáveis ou indignas: “maconheiro”, “ladrão” e “descarado” — personagens que ele não apontou dentro do grupo. Por isso, ao término desta fala, em que Francisco Marques afirma não haver nada de vergonhoso em relatar as dificuldades vivenciadas em sua profissão, aparece com mais ênfase a expressão que alude uma vida inteira de trabalho digno e honesto: “trabalhador de nascença”, na lida desde criança e junto com a família. Esta expressão se refere, extensivamente, com certa propriedade aos camponeses da região de Humildes que vivenciaram com bravura a complexidade da produção artesanal ou pouco mecanizada de farinha e do trabalho da roça, fossem rendeiros, pequenos proprietários como Francisco de Cerqueira ou ainda assalariados nas grandes propriedades locais, como Pedro dos Santos.

TRABALHADOR DO “CORONÉ”

Pedro dos Santos, 89 anos, nasceu em uma fazenda distante da região de Humildes, chamada São Luís, e que pertencia ao ex-prefeito de Feira de Santana, Eduardo Fróes da Mota (abril de 1944 a novembro de 1945). Em um período não identificado, seu pai se mudou para o povoado Bom Viver, nas proximidades de uma grande represa de água que abastecia o alambique onde se empregou. O nome do povoado deve-se à existência, na localidade, de uma fazenda com a mesma nomenclatura, onde se encontrava a destilaria de cachaça Alambique Icarai. Ao contar sua história de vida, Pedro dos Santos relata que, ainda menino, na década de 1930, acompanhava o pai nos dias de feira livre em cima dos sacos de farinha e de beiju conduzidos pelo animal de carga.¹⁸ O comércio destes gêneros alimentícios era uma atividade complementar ao trabalho de corte da lenha reservada às caldeiras do Alambique Icarai. Era, através do ofício nele desenvolvido, que o genitor de Pedro dos Santos garantia a renda principal para o sustento de sua numerosa família composta por esposa e quatorze filhos. Sobre o ingresso do pai neste ofício, Pedro dos Santos relata que, quando tinha cinco anos, o coronel José Pinto, proprietário do alambique, o contratara pessoalmente e, quase vinte anos depois, contratou o próprio entrevistado.

O coronel José Pinto era originário de uma família influente na economia da região e pai do ex-prefeito de Feira de Santana, Francisco Pinto.¹⁹ A escolha do local para a construção do Alambique Icarai levou em conta a existência de um riacho, que foi represado como garantia de um melhor funcionamento de suas atividades. Este existe desde os primeiros anos do século XX e se localiza em uma depressão no final da estrada (como é possível ver através da figura a seguir), sendo rodeado de árvores usadas no abastecimento das caldeiras durante a fabricação da aguardente. O sítio do alambique consiste em uma pequena vila de trabalhadores, com quatro casas e um estábulo, todos localizados à frente da destilaria. Nesta, encontra-se o galpão onde ficam as caldeiras e os tonéis de cobre que armazenavam a cachaça pronta. Nos fundos da vila fica a barragem de água.



Fotografia 1. Alambique Icarai

A via de acesso para a destilaria constitui-se em uma estrada de chão que tem início no povoado Tapera e que também se comunica com o atual povoado Caboronga. A propriedade era bastante movimentada, pois muitas pessoas vinham do centro da cidade e da região a fim de comprar a cachaça ali vendida. Além disso, alguns moradores informaram que pessoas iam para a represa da propriedade tomar banho, pescar e fazer piqueniques aos domingos — uma presença que era apenas tolerada como “favor” por seus proprietários.

Esse alambique empregou muitos trabalhadores da região de Humildes, especialmente os do povoado Bom Viver. Entretanto, suas atividades entraram em decadência quando as usinas de açúcar baianas iniciaram seu processo de falência por volta da década de 1950. Segundo o herdeiro do coronel José Pinto e ex-administrador da destilaria, José Pinto dos Santos Filho, o uso do melaço da cana-de-açúcar fornecido pelas usinas era necessário para a fabricação da cachaça.²⁰ Como o solo da fazenda Bom Viver e o clima da região não eram propícios ao plantio da cana, a família Pinto recorria ao melaço de usinas. Assim, com a crise da produção de cana, era inevitável que a preparação da cachaça parasse. Um segundo golpe para a destilaria foi quando a barragem que represava a água estourou no final do ano de 1989, fato este narrado por Pedro dos Santos com grande emoção.

Tinha uma represa aqui que, quando estourou, eu chorei feito menino. (...) Na eleição de Collor. (...) Eu ia para o segundo turno, votar no Humirde. Dona Pombinha chegou. Dona Pombinha era Dona Inácia, a dona da fazenda [...] Mas, quando chegou Chico Pinto deputado federal, seu Zé Pintinho não sabia, Dr. Antônio, a família deles tudo. E o encarregado, homem velho da fazenda era eu, viu? As pessoas não sabe conversar. Aí: “Ê, ê, ê, ê.” Eu não, viu? Eu converso [...] Então, chorava eu e o deputado federal e Dr. Antônio. Tudo chorando. Era uma coisa que eu não sei como contar. Era um mar de água. (...) Olha tinha barco, fizeram um barco para navegar na represa. Então, ia a água para o alambique, água por gravidade. Tinha aquela válvula de descida. Quer dizer, tinha aquela boca de tubo, com um ralo na boca do tubo. Aquilo era para não ir micróbio e tijuco, ficava ali no ralo. [...] Que a destilaria de cachaça é uma coisa fina. Se a senhora visse, tudo as coluna de cobre.

Tudo ali dentro. Se eu for lá eu choro, porque do que eu via para ver hoje o fracasso. Já venderam [...], o depósito, tudo já venderam.

No trecho da narrativa de Pedro dos Santos, há uma descrição do funcionamento do alambique e da utilização da água represada. Neste aspecto, quando menciona o cuidado em retirar as impurezas da água, como micróbios e argila, e a matéria-prima a partir da qual era feita parte dos equipamentos utilizados no galpão da destilaria, a importância das atividades ali desenvolvidas ganha certo destaque, pois se tratava de uma “coisa fina”. Todo este aparato era gerenciado por pessoas de confiança do coronel, grupo dentro do qual Pedro dos Santos se identifica como “o encarregado”, ou o “homem velho da fazenda”, o qual exercia suas atividades com dedicação e toda cautela no trato com os patrões. Em meio a este quadro, a notícia sobre o rompimento da barragem de água que abastecia o alambique deveria ser dada à família Pinto com certo cuidado e, portanto, o depoente apresenta-se como aquele que sabia a melhor maneira de dar a notícia, se comparado com os demais empregados. Sendo assim, a frase “chorei feito menino”, resume não só o cuidado no falar, a deferência e a confiança depositada no trabalho de Pedro dos Santos como também o sentimento de lealdade e afetividade do funcionário para com seus empregadores. Em decorrência dessa relação, ao perceber a decadência da destilaria com o término da produção de aguardente e a venda de equipamentos utilizados no Alambique Icaraí, o depoente afirma não conseguir retornar ao antigo ambiente de trabalho, pois as lembranças do ocorrido lhe trazem um sentimento de tristeza.

Hoje em dia, a destilaria produz uma bebida à base de catuaba e está virtualmente acabada. Foi nessa atividade que Pedro dos Santos empregou-se depois que o pai dele morreu. Até este momento, ele trabalhava para Anacleto Brandão Souza, pastoreando o gado no distrito de Humildes. Na destilaria, Pedro dos Santos cortava lenha como o pai e era ajudante do caldeireiro. Com o tempo, tornou-se um empregado de confiança e passou a buscar o dinheiro da patroa, Inácia Pinto, já idosa, no centro da cidade.

Quando Zé Pinto faleceu, D. Pombinha ficou, alugou. Ela é uma senhora de idade, não ia se meter com isso, me dava a licença e eu recebia aquele dinheiro todo mês. E levava tudo de moeda. Não tinha esse dinheiro (...) Naquela época só era moeda. Juntava três, quatro home, pegava aquilo cheio de nica [...]. Tinha um cofre de dinheiro. Quando chegava no dia seguinte: “Seu Fulano chegou o dinheiro da moça”. Eu era dos mais velhos trabalhadores daqui. Ela tinha confiança em mim. Tinha não, tem. (...) Eu vendia a farinha e trabalhava para Seu Zé Pinto velho, que era o pai de Chico Pinto. Um dia, ele disse a Dona Pombinha antes de falecer: “Pombinha, esse filho dessa viúva”, que meu pai faleceu em trinta e três, “se você ouvir minha fala, nunca sai daqui.” Morreram tudo e só tem eu, só tem eu para contar os casos da família.

Mais uma vez Pedro dos Santos relata a confiança nele depositada pelos patrões: “era dos mais velhos daqui. Ela tinha confiança em mim”. Nesse aspecto, a reprodução da fala do coronel José Pinto aconselhando a esposa a manter o depoente no trabalho da fazenda e do alambique dá ênfase à satisfação deste em ser reconhecido

como um funcionário em que se podia confiar. É bem possível que, para o coronel, Pedro dos Santos representasse mais que um empregado de confiança, sendo alguém que, movido por sentimentos de lealdade, não questionasse as condições de trabalho a que era submetido. Dito de outra maneira, a fala do entrevistado pode passar a falsa impressão de que ele era muito bem recompensado por se tratar de um funcionário que assumia tamanha responsabilidade em transportar os rendimentos mensais de sua patroa e pela dedicação à família Pinto. Entretanto, em sua narrativa nota-se a vivência de episódios difíceis, inclusive, durante o período em que trabalhou na fazenda Bom Viver. De igual modo, Pedro dos Santos aborda os enfrentamentos do ofício de camponês na região. Contudo, ainda que tenha passado por uma realidade de privações, ele não transparece qualquer tipo de descontentamento em relação aos ganhos conseguidos com o trabalho ou em relação aos patrões. A dedicação e a lealdade permanecem e tornam-se evidentes ao se auto-afirmar como aquele que “ficou para contar os casos da família Pinto”.

Em seu depoimento, ele comenta que já passou muitas privações: “eu já comi escaldado com pimenta para matar a fome e não nego. E confiando em Deus”. O escaldado era um prato feito à base de farinha cozida com caldo de carne, bastante utilizado na região de Humildes para acompanhar outros alimentos; um indício da forte presença da farinha de mandioca na culinária local, como também dos momentos de extrema dificuldade.

Dessa maneira, é possível traçar um paralelo entre o emprego da farinha na alimentação básica da população baiana, especialmente dos trabalhadores de Feira de Santana como Pedro dos Santos, com a música de Djavan *Farinhada*, que se refere ao consumo deste alimento no Nordeste do Brasil. Em ambas as situações, a farinha de mandioca é a forma de sustento continuamente disponível para as famílias de poucos recursos: “o cabra que não tem eira nem beira, lá no fundo do quintal tem um pé de macaxeira. A macaxeira é popular, é macaxeira pra li, é macaxeira pra cá e em tudo que é farinhada, a macaxeira tá.” Este trecho da música pode passar a idéia equivocada de que é da raiz da macaxeira (mandioca “mansa” ou aipim) que é feita a farinha. Contrariamente, este gênero alimentício é extraído da mandioca “brava”, que precisa passar por todo um processo de preparação para extrair uma substância tóxica que impede o seu consumo imediato. Assim, ao ser utilizada a produção de farinha como uma forma de sustento das populações de Feira de Santana e do Nordeste brasileiro, de maneira mais geral, este alimento assume um sentido de provisão, de reserva e de recurso com o qual as populações pobres podiam contar para saciar sua fome.²²

Desse modo, a atividade de preparação de farinha está presente no cotidiano de Feira de Santana quase desde a origem da cidade ainda durante ao período colonial, como também se fez notar em outras regiões do Brasil.²³ Historicamente, seu consumo esteve associado na Bahia às populações de poucos recursos, como complemento à economia relacionada aos produtos destinados à exportação para os países europeus. Diante disso, afirma-se que o grupo de trabalhadores em análise se constituiu em grande medida a partir de sua relação com a terra e com a casa de farinha, ainda que estes elementos tendessem a diferenciá-los em proprietários e não-proprietários, rendeiros e assalariados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das narrativas dos camponeses, observou-se que a variedade de ocupações expressava, de fato, uma diferenciação no acesso à propriedade da terra e à casa de farinha, o que consistia em um elemento flagrante da realidade vivenciada na região. A depender da posse ou não destes bens, ou ainda a depender de sua combinação, os lavradores poderiam ter uma vida mais ou menos sossegada. Contrariamente, a existência daqueles que nada tinham para garantir à manutenção própria e da família além dos braços, como Pedro dos Santos, acarretava um acúmulo maior de atividades e de esforço físico, mas que não necessariamente resultavam numa melhor renda.

Por outro lado, para além da propriedade desses bens, algumas situações auxiliam no entendimento do grupo de trabalhadores feirense. Os camponeses também se constituíam enquanto tal a partir das relações que se davam dentro do próprio grupo no dia-a-dia da produção de farinha: na distribuição das tarefas, na autoridade conferida ao chefe da família e na obediência da esposa e dos filhos, na definição dos papéis femininos e masculinos, nas estratégias de manutenção familiar e nas exceções a estas práticas. Avaliando as experiências vivenciadas em seu ofício, os mesmos revelam um horizonte de dificuldades e de enfrentamentos, ao passo que demonstram um olhar misto de crítica da realidade confrontada e de deferência aos seus patrões e a exploração de seu trabalho. Em seus relatos, muitos deles expressavam um olhar sobre as contradições da sua profissão. Era também na relação com outros grupos ou pessoas que eles se afirmavam: no trato com os patrões ou, até mesmo, quando apontavam diferenças e atitudes não condizentes com a postura de homens e mulheres trabalhadores, como no depoimento de Francisco Marques de Cerqueira.

A mandioca, ao mesmo tempo em que garantia o sustento, não proporcionava grandes rendimentos; apenas a manutenção familiar. Foi devido a este fator que a maioria dos descendentes dos camponeses feirenses ocupou-se de outras atividades oferecidas após 1960, com a reconstrução da estrada Bahia - Feira, a saber, os empregos nos postos de combustíveis e nas indústrias instaladas na cidade de Feira de Santana. Ressalte-se que a busca por outras possibilidades de sustento ou pela complementação da renda não era nova e, em boa medida, foi impulsionada pela forte concentração de terras. Ao longo da história local, a produção de farinha estava associada a outras atividades agropecuárias, tanto no território feirense quanto nas cidades do Recôncavo baiano. Hoje em dia, uma parcela dos descendentes desses trabalhadores ainda se mantém da produção de farinha e da agropecuária em um regime de trabalho pouco modificado pelo processo de transformações iniciado pela reconstrução da Bahia-Feira e pela posterior instalação das indústrias e postos de combustíveis.

NOTAS

- ¹ A análise realizada neste artigo está contida na minha dissertação de mestrado, defendida em abril do presente ano. Os marcos temporais aqui definidos correspondem à conjuntura de transformações ocorridas no cotidiano de trabalho camponês por conta da reconstrução da estrada Bahia-Feira, atual rodovia BR 324, a qual permitia o acesso do interior do estado à capital, Salvador.
- ² Maria de Jesus dos Santos Silva, entrevistada em 04 de julho de 2004.
- ³ Conforme as informações obtidas em: SANTOS, Ana Fontes dos. “Ginásio Municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963 – 1964)”. In: *Revista Sitientibus*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, Nº 24, Jan/Jun – 2001, p. 34.
- ⁴ Informações adquiridas no depoimento de José da Costa Falcão datado de 06 de abril de 2004. Agradeço a Liane Alves Amorim por ter cedido a cópia da entrevista.
- ⁵ José dos Santos Silva, entrevistado em 04 de julho de 2004.
- ⁶ OLIVEIRA, Ildes Ferreira. *A luta pela autonomia e participação política dos camponeses: um estudo nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha, no Estado da Bahia*. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Sociologia (Centro de Humanidades), 1987, p. 33 – 35.
- ⁷ Idem, ibidem, p. 33 e 90.
- ⁸ Sobre o assunto, ver: GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 101 e HEREDIA. Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, nos capítulos intitulados “casa-roçado” e “roçado-roçadinho”.
- ⁹ Catarina Anunciação de Jesus Souza, entrevistada em 21 de janeiro de 2007.
- ¹⁰ Zenaide da Silva Lima e Francisco Paulo de Lima, de 70 anos, casal entrevistado em 26 de junho de 2006.
- ¹¹ Além do transporte de pessoas feito através de animais, o jornal O Momento noticiou também o uso de caminhões como um importante recurso da população baiana em meados do século XX. “Proibido o transporte de passageiros por caminhões”. In: *O Momento*, nº. 1316, 10/ 06/ 1950, p. 02.
- ¹² Expressões ouvidas em conversas informais com as camponesas da região de Humildes.
- ¹³ HEREDIA, *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*, op. cit., p. 77 – 104.
- ¹⁴ Francisco Paulo de Lima. Depoimento citado.
- ¹⁵ Zenaide de Lima. Depoimento citado.
- ¹⁶ Ubaldina dos Santos Teixeira e seu esposo faleceram há alguns anos atrás, mas foram aqui analisados em função de sua proximidade com a história de Zenaide de Lima e de Francisco Paulo e também porque foram mencionados durante algumas entrevistas realizadas na região de Humildes.
- ¹⁷ Francisco Marques de Cerqueira, 77 anos, entrevistado em 18 de julho de 2004.
- ¹⁸ Pedro dos Santos, de 89 anos, entrevistado em junho de 2006.
- ¹⁹ De acordo com o depoimento de Pedro dos Santos, Francisco José Pinto dos Santos era advogado, já foi vereador do município e deputado federal. Além disso, elegeu-se como prefeito de Feira de Santana em 1963, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1964, após o Golpe da Ditadura Militar foi retirado abruptamente do governo municipal. Conforme: SANTOS, “Ginásio Municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963 – 1964)”, p. 32. O ex-prefeito, Francisco Pinto faleceu em fevereiro do presente ano.
- ²⁰ Em visita ao povoado Bom Viver em 26 de junho de 2006 para fotografar a destilaria de cachaça, seu administrador, na época, José Pinto Filho falou da relação de dependência para com as usinas em uma conversa informal. Este depoente faleceu no final do ano de 2006.
- ²¹ Anacleto Brandão Filho era uma figura influente na política feirense e detinha vários armazéns e casas de aluguel no centro de Feira de Santana, assim como possuía uma olaria e uma fazenda no distrito de Humildes.
- ²² Para uma discussão mais aprofundada sobre este aspecto da mandioca e da produção de farinha, ver o estudo: NOGUEIRA, Maria Dina e WALDECK, Guacira. *Mandioca: saberes e sabores da terra*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFP, 2006, p. 24 -35.
- ²³ Conforme: “A farinha de mandioca – ‘o pão da terra’ – e seu mercado”. In: BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 89 e POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Editora Itapuã, 1968, p. 60.